

cR

Centro
de Referência
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo
do Centro de Referência Paulo Freire**

acervo.paulofreire.org



InstitutoPauloFreire

"EDUCAÇÃO PAULISTANA PASSADA A LIMPO"

ANA MARIA SAUL

1. À GUIZA DE INTRODUÇÃO

live enorme prazer em receber o convite de Paulo Freire para escrever o posfácio deste livro. O sentimento de prazer teve dois sabores: de um lado um certo orgulho, um privilégio, por estar sendo chamada a redigir um capítulo que integraria a segunda edição de um dos livros do grande educador internacionalmente reconhecido e ~~autor~~, de outro lado, o sabor de estar escrevendo sobre uma experiência vivida, grande parte, ao lado de Paulo Freire, com quem muito aprendi e que se tornou possível num contexto de contingências onde Paulo Freire soube trabalhar com utopias, dificuldades, diferenças ideológicas, catalizando as energias de uma equipe em torno do trabalho de educação na cidade de São Paulo.

Ao lado do sabor do prazer, no entanto, alinhou-se o sentido da responsabilidade pois que o "convite-encomenda" do autor solicitava um balanço atualizado e comentado do que, efetivamente havia sido realizado na Secretaria Municipal de Educação anunciada em suas entrevistas em início de gestão, mais precisamente até os meses iniciais do segundo ano de sua administração como Secretário da Educação. Como ele bem destacou, o livro tem um caráter

introdutório que mostrou o que sonhamos e o que continua sendo feito. O caráter, portanto, deste prefácio, em seu convite-encomenda é o "dever de prestar contas à cidade e ao país do que fizemos e do que não foi possível fazer". Daí a grande responsabilidade porque, apesar da característica introdutória do livro, como assim foi destacada pelo seu autor as propostas e as discussões nela contidas não extremamente densas e profundas de modo que, dizer de suas concretizações e de suas limitações requerem um esforço de seleção e de análise agrupados, ao mesmo tempo equilibrado para não parecer que se evita o ufanismo triunfalista ou a crítica exacerbada - típica dos administradores impiedosos, extremamente preocupados em corrigir seus erros é - sem dúvida dever - porém aos quais falta a paciência histórica diante dos fatos o que os torna míopes diante das mudanças ocorridas, desejando sempre mais e mais. Por isso, a proposta que recebi de redigir este texto, contraditoriamente colocou-se para mim como um compromisso histórico, ao mesmo tempo fácil e difícil.

Compromisso histórico pelo fato de participar desta administração - a convite de Paulo Freire - para coordenar a reorientação curricular da Secretaria Municipal de Educação desde o início de sua gestão, permanecendo na equipe da Secretaria até este quarto ano de governo da Prefeita Luiza Erundina de Souza. A ambiguidade encontrada na tarefa de escrever este texto emana pois diretamente deste

compromisso: a subjetividade de quem está imerso no trabalho, apaixonado por ele, co-responsável pela direção político-técnica vivendo suas alegrias e desencantos, lutando com as adversidades, gera, ao mesmo tempo, facilidades e dificuldades para selecionar e relatar de forma analítico-crítica, nos limites deste texto, o trabalho realizado.

Portanto, o leitor não deve esperar o relatório de uma pesquisa ao estilo de quem cumpre um dever acadêmico mas o relato crítico de quem, trabalhando na administração até o quarto ano desta gestão relê várias vezes os capítulos escritos neste livro e descreve os sonhos realizados e os limites dos mesmos.

2. BUSCANDO CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO DOS PONTOS CRÍTICOS PARA ANÁLISE

Considero importante explicitar para o leitor, os critérios que me levaram a eleger os pontos de análise sobre os quais procurei fazer certos comentários avaliativos.

Um deles é a recorrência com que certos assuntos e/ou preocupações aparecem nas entrevistas de Paulo Freire e que balizaram as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, neste governo. O Outro é o significado de certas

ocorrências que, não obstante infrequentes, marcam indelevelmente a política da SME/SP.

Começo então pelo epílogo do livro onde está sintetizado o "Manifesto" à maneira de quem, saindo, fica.

Devo testemunhar, o que está ali mencionado não constitui apenas retórica em um momento emocionado, em que Paulo Freire deixava a Secretaria Municipal de Educação, mas uma intencionalidade que se tornou realidade em dois sentidos. O primeiro deles é o fato de Paulo Freire ter conseguido formar uma equipe coesa em torno da proposta política da SME partilhando o poder com uma equipe da qual tive o privilégio de participar, democratizando, portanto a gestão da Secretaria através de órgãos colegiados, ? conseguiu, apesar de sua saída não dar solução de continuidade aos princípios e as propostas até então discutidas e em desenvolvimento. Esse é um fato inédito na cultura brasileira onde, a presença dos dirigentes é de tal forma personalizada e centralizadora que a sua ausência, quaisquer que sejam os motivos causam rupturas sérias na proposta e nas equipes, levando frequentemente a alteração de rumos, o que gera inseguranças, falta de credibilidade nos governos e conseqüentemente desestabilização no trabalho e nas ações.

Paulo Freire e Luiza Erundina tiveram, de fato, cuidado extremo com a gestão da educação na cidade buscando através de diálogo franco e solidário assegurar-se de que a equipe que trabalhava com o Secretário daria continuidade ao

trabalho desenvolvido nos dois anos e meio da gestão Paulo Freire.

O segundo aspecto que se torna realidade explicitado no "Manifesto" foi o fato de que Paulo Freire prosseguiu em sua luta, como sempre o fez, pela conquista de uma educação democrática escrevendo, fazendo conferências no Brasil e no mundo, porém acompanhando o trabalho do Governo Municipal e da Secretaria Municipal de Educação não se furtando em estar presente em discussões e análises, sempre que solicitado. Esse primeiro ponto destacado para comentário ateu-se ao critério da singularidade, ^{considerado} altamente significativo.

Os demais pontos que serão analisados seguem o critério de frequência associado porém, à relevância do que foi mencionado em inúmeras entrevistas do livro. (1)

O déficit qualitativo e quantitativo foram por diversas vezes apontados por Paulo Freire como sendo os grandes problemas da educação brasileira.

Destacarei, portanto, esses dois pontos para expor e ampliar como foram tratados esses déficits na educação paulistana.

Relembro aos leitores que a qualidade da educação não foi tratada, em momento algum nesta administração, como um fetiche mas, ao contrário, toda vez que nela se tocou houve explicitação, no sentido do entendimento do que seria "mudar a cara da escola" Essa "mudança da cara da escola" implicou

(1) O professor Mário Sérgio Cortella, chefe de Gabinete de Paulo Freire em maio de 1991 assume o cargo de Secretário Municipal de Educação

no trabalho contínuo, persistente e demandante.

3. ENFRENTANDO O DÉFICIT QUANTIDADE/QUALIDADE: UM BALANÇO CRÍTICO

Paulo Freire mostrou reiteradas vezes, em várias entrevistas deste livro, a sua indignação pelo descaso do poder público com a educação na cidade de São Paulo, refletindo também a situação global do país, denunciando o grande déficit de quantidade e qualidade encontrados no início da gestão. Em 1989, isso era visível, tanto na deterioração dos prédios escolares como no marasmo cultural, ceticismo, medo, demonstrado pelos educadores. A conseqüente desvalorização do magistério se acentuava.

Um governo popular e democrático como o que se propunha nessa gestão, invertendo prioridades, ou seja voltando-se para necessidades das camadas desprivilegiadas da população não poderia deixar de colocar a educação dentre as suas principais prioridades.

Diante do "caos" encontrado, quatro prioridades foram estabelecidas pela Secretaria de Educação dirigida por Paulo Freire, em diálogo com sua equipe de trabalho:

1. Democratização do acesso
2. Democratização da gestão
3. Nova qualidade de ensino
4. Educação de jovens e adultos

Farei uma síntese do alcance de cada um deles. Para fins de compreensão didática utilizarei a ordem em que foram apresentadas, porém, advertindo o leitor de que todas elas foram assumidas simultaneamente. Não se podia aguardar a resolução da primeira para iniciar as seguintes dado que isso implicaria numa solução talvez mais lógica, porém utópica, no sentido absolutamente impossível qual seja: "suspender a realidade", tal a gravidade das necessidades encontradas na Rede Municipal e na cidade em relação à Educação.

No entanto, o leitor verá que algumas das áreas prioritárias tiveram um aprofundamento inicial de ações.

Para compreender o conjunto das ações em relação à primeira prioridade: Democratização do Acesso à Escola é preciso dominar alguns dados. Em São Paulo vivem hoje cerca de 10.000.000 de pessoas e a cidade cresce ao ritmo de 300 mil habitantes por ano. Com status de metrópole, considerada o maior parque industrial da América Latina, São Paulo atrai uma população de migrantes que premidos pelas condições de vida precária de um país explorado, de terceiro mundo, que aspira por condições mais dignas de vida. Nesta cidade imponente, espalhada numa área de 1.509 km² que mostra, em sua arquitetura áreas que podem ser comparadas às grandes cidades do mundo, com grandes edifícios contrastando com aquelas cidades onde os cortiços, as favelas, as casas em condições precárias, os esfarrapados da rua são a maioria.

Nesta cidade, hoje - 1992, há quase um milhão de desempregados e quase 7 milhões de moradores de cortiços, favelas e casas de qualidade deteriorada. O Orçamento da cidade em 1992 é de US\$ 2.536.582.508,13

Embora 2 milhões de crianças e jovens estejam matriculadas nas três redes de ensino fundamental, ^{duas oficiais} (municipal e estadual) ^{e a terceira} particular, cerca de 400.000 meninos e meninas entre 7 e 14 anos ainda estão fora da escola.

A este número alarmante acrescenta-se o contingente de 600.000 crianças em idade pré-escolar sem vagas nas escolas e um índice de 14% da população de jovens e adultos analfabetos.

O volume e a gravidade desses dados é o grande desafio para um governo voltado para as classes populares e que entende a educação como uma condição necessária, porém não suficiente para a transformação social.

Hoje, transcorridos quase quatro anos de governo é possível encontrar o seguinte quadro de atendimento na educação paulistana. Observe-se que a municipalidade, diante dos recursos econômicos de que dispõe propõe-se a atender cerca de 30% da população escolarizável no ensino fundamental. Aplicando os 25% da receita do município em educação, o que é previsto pela Lei Orgânica do Município de São Paulo, a cidade conta hoje com 771.730 alunos frequentando as 688 escolas da Rede Municipal. Significa 42,10% do atendimento total à população escolar. Esses educandos estão assim distribuídos:

* 493.850 educandos no ensino fundamental, em 353 escolas

* 1.032 educandos em 5 escolas para deficientes auditivos profundos

* 2.028 jovens em uma única escola profissionalizante de ensino médio (segundo grau) onde funciona também um curso de magistério.

* 194.976 crianças de 4 a 6 anos em 329 Escolas de Educação Infantil (Educação Pré-Escolar)

Comparado a 1988, houve um acréscimo de 120.358 alunos no Sistema de Ensino Municipal ou seja, 15,59%. Esse acréscimo, por um lado deveu-se à ampliação do número de equipamentos escolares. Foram concluídas e construídas 77 novas escolas, representando um aumento de 11,19% dos equipamentos escolares. Por outro lado houve grande empenho no sentido de otimizar a utilização dos prédios existentes de modo que as escolas funcionem, regra geral, quatro turnos, de quatro horas cada um.

O Ensino Noturno, ocupando os mesmos prédios do diurno recebem quase 80 mil educandos no ensino regular e também os educandos trabalhadores jovens e adultos que frequentam a escola em uma modalidade especial: o Ensino Supletivo.

Consideramos porém que o avanço em equipamentos ainda está muito aquém do desejável. Essa constatação precisa ser apreciada dentro de dois contextos: de um lado a opção que precisou ser feita na recuperação de 60% dos equipamentos escolares da Rede, incluindo serviços de manutenção, reforma

e substituição (verdadeiras construções novas) de prédios deteriorados. Os investimentos em reformas, de 1989 a 1991 somaram US\$ 87.641,00 em recuperação de prédios e manutenção. Os equipamentos escolares incluíram a compra inicial de 60.000 conjuntos de carteiras para educandos e mais um conjunto de equipamentos até então, nos 57 anos da Rede Municipal adquiridos e distribuídos às escolas: aparelhos de televisão e vídeo cassete, aparelhos de som, projetores de slides, gravadores, 825 micro-computadores. Os materiais mais comuns utilizados nas escolas: lápis, cadernos, giz, tesouras etc... passaram a ter uma distribuição regular para 40% dos alunos e aqueles de uso comum, principalmente na pré-escola, eximiu as famílias do ônus da compra de material. Houve um investimento deliberado na compra de 708.000 livros de literatura infanto-juvenil e pedagógicos que equiparam as Salas de Leitura das escolas que se encontravam absolutamente defasadas em quantidade e qualidade. A Ampliação do acervo foi da ordem de 500%, em relação ao período de 1986 a 1988.

A manutenção e suprimento básico das escolas já nos primeiros dois anos de administração destacado como de fundamental importância para os funcionamento da Rede tornou mais lento o ritmo das novas construções. Acresce-se a esse fato o cerceamento de verbas federais devidas por lei aos municípios, de modo geral e para o Município de São Paulo, em particular devido a questões de divergências político-partidárias. Pela primeira vez o município de São Paulo,

uma gestão arca com a construção dos equipamentos escolares, provenientes de sua própria receita.

Hoje ainda há muito a fazer em relação à manutenção das escolas, porém em ritmo de normalidade pois os casos mais difíceis foram solucionados. Um equipamento escolar utilizado por cerca de 1.000 alunos/dia gera em uma rede de ensino um percentual de 20% de desgaste anual dos prédios escolares, percentual aceitável do ponto de vista técnico.

Lembrando mais uma vez que, para efeito didático as prioridades estarão sendo comentadas em separado, na realidade, elas se interpenetram. Em nenhum momento a proposta de política educacional deste governo pensou a democratização do acesso à escola sem que isto implicasse na democratização da gestão sob o risco de que a escola não superasse o autoritarismo culturalmente nela impregnado por uma história assim vivida de quase 500 anos. Paulo Freire sempre nos relembra em suas análises sobre a sociedade e o cotidiano das escolas brasileiras, que o "oprimido traz dentro de si o opressor", querendo assim sublinhar o esforço necessário de continuidade da luta pela liberdade, por uma sociedade mais justa, mais democrática. A escola continua refletindo a sociedade de classes e a luta de classes, o poder instituído e institucionalizado é necessário que "briguemos" contra uma situação de fato pois isto é, também para nós indicador de melhoria de qualidade de educação.

Não foi e não tem sido fácil a luta e a conquista pela

gestão democrática mas nós a temos vivido no confronto e no conflito, nesta gestão. Pontuarei alguns aspectos apenas, assim como tenho feito ao comentar as demais prioridades.

A gestão democrática foi, pois, um "ponto de honra" que se pôs desde o início da administração. Em várias de suas entrevistas Paulo Freire citou a situação de autoritarismo devastador que marcou a Rede Municipal na gestão 1986/1988. Professores foram perseguidos por fazer greves, condenados ao ostracismo e exonerados de seus cargos; propostas educacionais consideradas mais "progressistas" foram impedidas de ser utilizadas nas escolas, consideradas "comunistóides" e ordenou-se que fossem retiradas das escolas, queimados ou vendidos como papel usado. Um verdadeiro regime de terror autoritário instalou-se nessa Rede de Ensino. O regimento Comum das Escolas, aprovado no último dia da gestão que antecedeu o Prefeito Jânio Quadros foi, no primeiro dia de gestão deste, considerado suspenso.

Um dos grandes valores do Regimento que não chegou a ser implantado, nem na gestão da Secretária Guiomar Namó de Mello, nem na do Prefeito Jânio Quadros, era o fato de propor que a escola tivesse um "Conselho de Escola" deliberativo. De fato foi possível durante esses quatro anos de gestão, instalar os Conselhos de Escola pois que Paulo Freire, em seu primeiro dia de governo restabeleceu, com ato da Prefeita, o Regimento Comum das Escolas, na perspectiva de respeito aos profissionais da educação dessa Rede que haviam construído e se manifestado quanto ao Regimento,

especialmente porque os Conselhos de Escola passariam a existir de fato, eleitos pela comunidade escolar. Durante esses anos foram vividos pois, quatro eleições de Conselhos de Escola. Há ainda grandes dificuldades no funcionamento dos Conselhos que variam num amplo espectro. Houve desde manipulação da eleição pelo diretor da escola tornando até os Conselhos mais autoritários, opostos à sua "vocação" de criação até situações interessantes de grande valiosidade reconhecida pela escola onde os pais/mães e ou responsáveis pelos educandos passaram a discutir, efetivamente a problemática educacional e não somente o resultado do filho na escola. Houve momentos em que o Conselho tomou decisões julgadas pela comunidade escolar e/ou Secretaria equivocadas, que bloqueavam os direitos humanos. Nessas ocasiões buscou-se retomar com o Conselho as suas decisões, em discussões, na perspectiva pedagógica de que o trabalho com os Conselhos é também um trabalho necessário de Educação.

O trabalho com os Conselhos nem sempre foi bem compreendido pela própria comunidade escolar que tem como tradição educacional que educação é "coisa de professores, especialistas em educação" e que a esses deve tudo ser delegado: o poder do ensino, do disciplinamento e do controle dos seus filhos chegando, se necessário, ao uso de castigos físicos e morais.

Contra essa passividade, contra esse poder delegado que reforça cada vez o autoritarismo da sociedade em nada

contribuindo para a perspectiva de uma sociedade socialista é que a gestão democrática não só no interior da escola mas em toda a Secretaria, no governo, como um todo se faz necessária.

Durante os três anos de gestão portanto, ao mesmo tempo em que vivíamos as tensões de poder ante a autoridade do diretor e dos especialistas e a democratização da divisão deste poder com professores, pais, alunos, discutíamos com as escolas e os sindicatos o Estatuto do Magistério e as alterações necessárias ao Regimento Escolar do início da gestão. Seríamos absolutamente incoerentes se a administração apresentasse à Câmara um projeto de lei de Estatuto do Magistério(2) e ao Conselho Estadual de Educação um novo Regimento Comum sem que os educadores, pais, alunos enfim toda a comunidade deles participasse. Não poderíamos e não deveríamos incorrer no risco de porque tínhamos conquistado "um pedacinho de poder" através da eleição e estarmos na administração, utilizar esse poder arbitrariamente. Por isso durante os três anos de administração nos confrontamos com escolas, entidades sindicais, pais, setores do governo, poder legislativo na construção das propostas do Estatuto e Regimento Comum das Escolas.

Somente neste quarto ano de governo é que as negociações se concluíram. A Secretaria recuou em vários

(2) Instrumento legal que regulamenta os direitos do magistério. A Rede Municipal de Ensino de São Paulo pela primeira vez, em 57 anos, tem agora o seu Estatuto.

aspectos, não sem lutar por eles mas compreendendo e respeitando as regras do jogo democrático. Perdeu-se, por exemplo, a chance histórica, neste momento, de ter contemplado no estatuto a eleição de diretores das escolas, um grande desejo da administração que foi rejeitado pela maioria esmagadora das escolas.

Ganhou-se, no entanto, como exemplo, um Conselho de Escola deliberativo, com mais poderes que o anterior, paritário, com representação de professores, pais alunos, funcionários e especialistas. Esse Conselho é responsável por elaborar, acompanhar e avaliar o plano escolar. Por sua vez os Conselhos de Escola têm representantes nas 10 regiões em que a cidade está dividida e já se organizam em Colegiados Regionais de Conselhos de Escola (CRECES). Com atuação não apenas em questões escolares, mas na discussão do Plano Orçamentário da Cidade, integrando as Plenárias Populares.

O Estatuto do Magistério contemplou também reivindicações históricas do Magistério tais como a possibilidade de os professores poderem ter jornada de tempo integral, com horas de trabalho com alunos e horas de trabalho programado na escola para trabalho coletivo, formação permanente, trabalho com a comunidade e avaliação de alunos.

O Estatuto do Magistério, após mais de uma centena de reuniões e negociações, foi aprovado unânimemente pela Câmara Municipal sendo que a lei foi sancionada pela Prefeita em

26/06/92 em um ato público do qual participaram representantes de escola, parlamentares, entidades sindicais e administração da cidade, numa grande vitória democrática.

O Regimento Escolar em vigor, construído igualmente no confronto, no resgate das conquistas de trabalho desses três anos de administração não foi menos difícil de ser discutido. Os eixos básicos do Regimento vigente são: a gestão democrática e o currículo. A questão democrática contemplada no Regimento teve as mesmas dificuldades de discussão do Estatuto do Magistério. Quanto ao Currículo, prevê-se uma estrutura de escola em três ciclos, autonomia na construção de propostas escolares e um sistema de avaliação exigente porém mais democrático, pois que pretende retirar do professor o poder e a ameaça inerentes aos sistemas de avaliação convencionais. A avaliação propõe-se contínua, enfatizando processo e produto, com retornos necessários aos alunos, pais/mães com finalidades diagnóstica, de pesquisa e replanejamento do plano escolar.

O trabalho com os Conselhos de Escola e CRECES vêm se fortalecendo. Há avanços e recuos nessa caminhada. O ritmo é bem mais lento do que aquele que se gostaria de imprimir. A participação e a organização popular, vigas mestras dessa concepção de educação que inclui a comunidade como parceira na construção de uma educação pública de qualidade são ainda frágeis dadas as condições históricas e conjunturais da realidade brasileira.

Algumas ações, mesmo pontualizadas, poderíamos dizer,

configuram-se como apoio à gestão democrática.

O grupo de formação de pais, os encontros de vigias e merendeiras, projetos muito sonhados por Paulo Freire aconteceram de fato. O primeiro deles iniciou-se timidamente a partir de uma conversa do Secretário Paulo Freire que, entusiasmado considerava que era o momento de começar esse trabalho. Após discussão com alguns ^{a assessora} , pediu ^{nos} que colocasse ^{mos} o projeto no papel. Fizemos isso e voltamos a discutir com ele. O projeto foi apresentado e discutido em um dos colegiados e a proposta era iniciá-lo em uma das regiões da cidade que se dispusesse a fazer. Considerando valioso, três coordenadores de Núcleos de Ação Educativa se candidataram e o trabalho começou em uma das regiões da zona leste da cidade. Hoje, vários Núcleos de Ação Educativa desenvolvem o projeto, recriado, assumido por eles e pelos próprios pais.

Temos ^{cercade 40} grupos de formação de pais. Vários coordenados pelos próprios pais. O trabalho com os pais via Conselhos de Escola, CRECES e grupos de formação levou à organização, por iniciativa dos pais e apoio da Secretaria de dois Encontros de Pais da Rede Municipal de Ensino. O primeiro realizou-se em dezembro de 1991 e o segundo será realizado nos próximos dias de julho de 1992. A organização dos pais foram apoio efetivo nas discussões do Regimento Escolar, e na discussão das prioridades orçamentárias da Secretaria da Educação e em reivindicações, junto ao Legislativo da cidade para a aprovação de projetos de lei.

O trabalho com a comunidade também se concretizou em um projeto denominado "Em favor da vida. Não à violência". Esse projeto nasceu diante da necessidade de atuar efetivamente frente a ações de depredação escolar e de alguns fatos lamentáveis como o assassinato de menores. O trabalho da equipe que coordena essa ação revela saldo bastante positivo no trabalho com as comunidades escolares e do da escola, no sentido de discutir os problemas e de resolvê-los na direção de que a comunidade possa utilizar o equipamento escolar nos finais de semana, por exemplo e, principalmente quando a comunidade passa a valorizar a escola, compreendendo o que ela faz e pode fazer e especialmente quando é chamada a dela participar.

Muito ainda há que se caminhar na perspectiva da democratização da escola e da organização da comunidade. Um dos projetos de lei gestados durante esta administração amplamente discutido e que aguarda, nesse momento a aprovação do legislativo é o da criação do Conselho Municipal de Educação - órgão que congrega ampla participação de diferentes setores representativos da população. Esse conselho democraticamente constituído, terá papel fundamental nas decisões de educação da cidade.

Uma outra ação que hoje tem grande repercussão na cidade é o "Projeto AIDS".

Esse trabalho, iniciado também timidamente, em colaboração com a Secretaria da Saúde, visa a dar atendimento às escolas que solicitam através de palestras

informativas de prevenção contra a AIDS e trabalha questões de preconceito contra portadores do vírus HIV. Hoje a geração de filhos de aidéticos já chega às escolas e a Prefeitura Municipal de São Paulo abriu suas portas para receber essas crianças. Receber crianças aidéticas nas escolas municipais foi um trabalho que não se deu sem traumas, sem rejeições, embora as escolas sejam acompanhadas. Por conta disso a Secretaria Municipal de Educação tem sido alvo, por vezes, da imprensa escrita e televisiva que agora reconhece a positividade de tal ação. A equipe que coordena o Projeto AIDS na Secretaria de Educação já formou 1000 multiplicadores (educadores que se integram ao projeto).

Além de suas atividades normais de docência, esses multiplicadores complementam sua jornada com quatro horas semanais remuneradas para o trabalho específico no projeto. Esse trabalho está nessa seção sumariamente relatado no entendimento de que se insere no capítulo da democratização da.....

NOVA QUALIDADE DE ENSINO

A nova qualidade de ensino caminhou, conforme já anunciava Paulo Freire em suas entrevistas neste livro, com duas vertentes: a reorientação curricular e a formação permanente dos educadores.

A reorientação curricular propunha-se desde o início da gestão como um "movimento" que se opunha aos chamados

"pacotes pedagógicos", geralmente impostos às escolas pelos órgãos oficiais buscou ter como marca a construção do "currículo em processo" na perspectiva de uma educação libertadora. Para isso trabalhou-se em um processo que procurou cada vez mais ampliar a participação da comunidade escolar nas direções e ações sobre o currículo (entendido de forma ampla, abrangente, como a própria proposta pedagógica da escola) respeitando e incentivando a autonomia da escola.

A reorientação curricular apresentada como um processo de construção coletiva, colocada na valorização da unidade teoria-prática, entendida como diálogo constante entre diferentes grupos: a escola, a comunidade escolar e os especialistas nas diferentes áreas do conhecimento, tem exigido um grande esforço de compreensão, formação e até mesmo de criação. Compreensão no sentido de uma radical transformação do "fazer currículo" do "pensar" e do "viver currículo" de uma forma bastante diferente da convencional em nossa cultura, que poderíamos identificar ao paradigma "técnico-linear". A formação dos educadores que se propõe nesta gestão, como um Programa de Formação Permanente, é condição fundamental para o processo de reorientação curricular; tem exigido criatividade na sua elaboração e execução dado o grande número de educadores envolvidos no processo (35.131 educadores).

Os dois primeiros momentos desse movimento, a Problemática e Sistematização (em seu primeiro nível) têm alcançado a rede municipal em toda a sua extensão e

modalidades de ensino.

A Reorientação tem garantido, também, o estímulo e o apoio ao desenvolvimento de projetos propostos pelas próprias escolas, buscando o avanço rumo a sua autonomia. Simultaneamente, desenvolve-se o projeto de ação pedagógica pela via da interdisciplinaridade.

A Secretaria apoia estes projetos, seja através do fornecimento de material, seja proporcionando pagamento de aulas excedentes aos educadores envolvidos nas ações de formação pessoal e/ou desenvolvimento de ações propriamente ditas.

Aposta-se nesta manifestação autônoma e criativa das escolas, como um modo para se obter resultados melhores com os alunos, assim como um potencial de alternativas de solução para o Movimento de Reorientação Curricular, como um todo.

Uma outra vertente do trabalho previsto no Movimento de Reorientação Curricular, é a ação pedagógica pela via da interdisciplinaridade, partindo de temas geradores. Inicia-se com o estudo preliminar da realidade local, identificando as condições geográficas, equipamentos, relações humanas e de trabalho, bem como valores e dificuldades sociais. A análise dessas informações leva à identificação de situações significativas e a partir delas levantam-se os temas geradores. Por exemplo:

- Trabalho e lazer: caminho para a segurança
- Violência e possível ^{habilidade de} viver sem ela

- Escola e a interferência do homem na ocupação do espaço

- Trabalho e vida: como se constroem esta relação

- Cidadania: como conquistá-la como garanti-la

- Comunidade: convivência, conscientização e transformação

- Moradia

- Acesso, ocupação e apropriação do espaço pelo homem

A partir desses temas são selecionados e/ou construídos conteúdos nas diferentes áreas do conhecimento humano de modo a que os educandos possam compreender os temas, gerar novos temas, organizar e/ou produzir conhecimentos que permitam interpretar criticamente a realidade em que vivem e ampliar a sua leitura de mundo. Até o momento pouco mais de 200 das 353 escolas de primeiro grau aderiram ao trabalho da interdisciplinalidade via tema gerador

As equipes multidisciplinares dos Núcleos de Ação Educativa, da Diretoria de Orientação Técnica e das escolas-piloto (10 primeiras escolas que aderiram ao projeto) com assessoria de professores da Universidade, empenham-se na construção coletiva dos caminhos desta proposta, elaborando sua descrição, estabelecendo seus fundamentos, procedimentos básicos e os seus resultados.

Atualmente, esta proposta encontra-se em fase de ampliação, com a adesão de escolas de primeiro grau. Estas escolas tem como referência o trabalho inicial das 10 "escolas-piloto", e a orientação das equipes dos Núcleo de Ação Educativa.

Recebem, também, a assessoria das equipes multidisciplinares de seus respectivos Núcleos de Ação Educativa da Diretoria de Orientação Técnica, e o apoio da Universidade de São Paulo e da Pontifícia Universidade Católica e da Universidade de Campinas.

A interdisciplinalidade também é uma meta que permeia a construção da proposta curricular de Educação Infantil e de Educação de Adultos.

O programa de formação de educadores tem como eixos básicos:

- a fisionomia da escola que se quer, enquanto horizonte da nova proposta pedagógica;
- a necessidade de suprir elementos de formação básica aos educadores, nas diferentes áreas do conhecimento humano;
- a apropriação, pelos educadores, dos avanços científicos/tecnológicos, do conhecimento humano que possam contribuir para a qualidade da escola que se quer.

São múltiplas as modalidades de formação permanente. Todavia, a proposta básica de formação deve garantir o princípio ação/reflexão/ação, quer dizer, os educadores partem da discussão da sua própria prática, expressam seus pressupostos teóricos aprofundam e avançam seus fundamentos, reconstruindo então sua prática, na perspectiva da educação transformadora.

O trabalho central de formação é realizado pelos grupos

de formação. Esse trabalho já se encontra relatado quanto a seus fundamentos e resultados.

O grupo de formação oferece ao educador momentos de troca, nos quais é valorizado o ser social, afetivo e cognitivo. Assim pois, resgata-se a identidade pessoal e profissional do educador ao mesmo tempo que se lhe oferece a oportunidade de encontrar-se a si mesmo no grupo e fora dele. Os temas que emergem da discussão são estudados na perspectiva da construção coletiva do conhecimento. Busca-se a socialização do heterogêneo, seu confronto e a possibilidade de romper posturas cristalizadas.

Observação, registro, reflexão, sínteses, avaliações e elaboração de planos são instrumentos metodológicos do grupo de formação.

Hoje, cerca de 60 % das escolas mantêm grupos de formação permanente.

De 1989 a 1991, participaram do processo de formação permanente, 65 % dos educadores.

Em horas, além da jornada regular, destinadas ao trabalho coletivo nas escolas e formação permanente foram aplicados US\$ 5.514.092.000,00 (valores médios de junho/92)

O trabalho de formação permanente vem sendo desenvolvido numa nova parceria com a Universidade, no entendimento de que tanto os professores da Rede pública como aqueles da Universidade têm muito a aprender nesta nova relação.

O grupo de formação de pais se constitui em outra

relação importante para integrar escola e comunidade. Os pais se reúnem periodicamente com os professores, a fim de discutir questões relativas à educação de seus filhos.

Por outro lado, tais encontros possibilitam que pais e mães se organizem para trazer e, muitas vezes, solucionar problemas próprios de suas comunidades.

As ações de reorientação curricular e o programa de formação permanente, sem dúvida, fator e determinantes dos menores índices de reprovação escolar desta última década. Sem este avanço da prática educativa, haveriam 45.155 alunos reprovados engrossando as estatísticas daqueles que são excluídos da escola. A reprovação diminuiu em todas as séries do 1º grau mas, principalmente na 1ª e 5ª séries, onde, tradicionalmente, a reprovação é maior.

O índice de reprovação na 1ª série foi reduzido a 22% enquanto, no Brasil, a média de retenção tem atingido 50%. Quanto a evasão, os índices permanecem em torno de 5%, estando entre os menores do mundo.